

Instituto**Pólis**

Contribuição para a Consulta Pública nº
119 DE 24/01/2022 para aprimoramento
do Plano Decenal de Expansão de
Energia 2031

FORMULÁRIO DE CONTRIBUIÇÕES
CONSULTA PÚBLICA Nº 119/2022, de 24/01/2022 a 23/02/2022

**Contribuições para aprimoramento da minuta do
Plano Decenal de Expansão de Energia 2031 (PDE 2031)**

Nome: Clauber Barão Leite

Instituição: Instituto Pólis

() setor público

() instituição de pesquisa/ensino

() setor privado

() organizações sociais

(X) organização não
governamental

() outros

CAPÍTULO	ITEM	TEXTO ORIGINAL	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA
Enfoque dos Estudos	Página 19			O aproveitamento energético de resíduos sólidos urbanos está longe de ser reconhecido como oportunidade socioambiental. Ele tem uma carga de material de origem fóssil e estimula a geração de resíduos. Desconsidera o papel dos catadores de material, e é uma tecnologia muito cara, que depende de subsídio para se viabilizar.
1	Box 1			Trazer o fato da intensidade energética é interessante, porém é preciso fazer um quadro comparativo, para podermos avaliar como o Brasil está em relação a outros.
2	Box 2			A energia é um bem essencial, necessário à sobrevivência, inclusive parte de muitos bens de consumo de todos os cidadãos. A energia elétrica é apenas parte dessa energia, então seria muito interessante também uma abordagem dos outros usos de energia pelo cidadão vs rendimento.

				Precisa trazer a informação de qual foi o volume de energia considerado em 2019.
2	2.1.3	. É importante salientar que o uso da lenha para cocção pode voltar a crescer, principalmente para as famílias de baixa renda, em períodos de inflação alta, aumento dos custos dos combustíveis, elevado desemprego e queda na renda real.		O consumo de lenha, GLP e eletricidade precisa também ser detalhado por rendimento e geograficamente. Quem e onde está sendo consumido lenha, GLP e Eletricidade? E qual a quantidade de energia? Não basta colocar as porcentagens.
2				Nos cenários seria importante uma análise do consumo residencial por conta da mudança de hábito de consumo por conta da pandemia. Muitas pessoas passaram a trabalhar em casa, houve alguma mudança em termos de consumo? Isso será uma tendência para o futuro?
2	Tabela 2-3			Uma das políticas públicas importantes para o setor é a Tarifa social de Energia Elétrica, por isso além da classificação por faixa de renda, seria muito importante saber qual o consumo previsto para essa categoria de consumidor residencial.

				Também é citado o uso da energia solar térmica por habitações de interesse social. Caberia um destaque deste número atual e de projeções. A lei 14.300/2022 criou o Programa de Energia Renovável Social, para consumidores de baixa renda. Não há metas, mas sabemos a quantidade de consumidores de baixa renda, sua demanda e o potencial de geração de GD. O PDE poderia fazer alguns cenários para atendimento dessa população por GD.
3	3.4 página 86	O aproveitamento energético de resíduos sólidos urbanos (RSU) por meio de incineração está sendo considerado para representar esse recurso no PDE 2031, como diretriz de política energética e ambiental indicada pelo MME. Neste sentido, estimular a gestão de resíduos no País e a ampliação da coleta e tratamento de esgoto podem ser caracterizadas como		Devia-se falar do potencial de geração de biogás através da biodigestão dos resíduos orgânicos presentes no RSU. Uma tecnologia que não contribui para uma gestão adequada dos resíduos e que não tem viabilidade econômica e ambiental não deveria nem ser considerada no plano. Muito mais que a incineração, tecnologia controversa, a biodigestão sim poderia ser colocada junto com a eólica offshore e fotovoltaica flutuante. Estimular a correta gestão dos resíduos, a seguir a ordem de prioridade estabelecida

		oportunidades, visto que a melhoria desses serviços poderia incorporar a geração de energia a partir de resíduos gerando modelos de negócios sustentáveis e melhorando aspectos sociais, ambientais e econômicos para a sociedade brasileira.		pela PNRS, haverá cada vez menos resíduos destinados para aterros e incineradores. Art. 9º Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
3	3.4	No entanto, há que se ressaltar as externalidades positivas associadas ao processo de incineração do RSU, as quais são citadas na PNRS, como, por exemplo, a solução para a redução do volume e massa dos resíduos em aterros sanitários, além da destruição completa dos resíduos orgânicos perigosos,		Precisa ressaltar também as externalidades negativas. Precisa explicitar onde na PNRS diz a respeito dessas externalidades, salvo engano a PNRS não faz defesa de nenhuma tecnologia. Os números falam por si, maior CAPEX, maior O&M e maior encargos. Não tem justificativa energética para esse tipo de empreendimento. Quem pagará por essa expansão prevista de 50MW/ano a partir de 2026?

9				Na análise da eficiência energética das residências, é importante fazer uma categorização por rendimento. Não tratar o setor residencial como um bloco único. As políticas públicas para o setor residencial serão baseadas nestas informações.
11	Tabela 11-8			Tem que separar as projeções de geração através de RSU como renováveis. Como se sabe no RSU tem um percentual de plástico que é de origem fóssil. Não se enquadra como renovável.